



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.6/2003 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2003

Aos dezanove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Sr. Vicente Manuel Ameixa Ermitão, que ao abrigo do art.º.78 do Dec-Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei N.º.5-A/2002, de 11 de Janeiro, é substituto do vereador eleito pela CDU João Manuel Rato Proença (conforme ofício enviado por este) que se encontra ausente durante o período de 19 de Março/03 a 18 de Abril/03, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----
Não esteve presente o vereador eleito pelo Partido Socialista, Humberto Luís Russo Ratado, por se encontrar de férias por motivo de casamento.---
Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia dezoito de Março de 2003, que acusa um total de disponibilidades **de 394.457,058 (trezentos e noventa e quatro mil quatrocentos e cinquenta e sete Euros e cinquenta e oito cêntimos)**.-----

-----Ponto 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Sr. Presidente deu início à reunião, perguntando ao restante executivo se tinha algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendesse apresentar.-----

Usou da palavra o vereador eleito pelo Partido Socialista, Artur Pombeiro que, munido de um panfleto que a CDU fez chegar à população, gostaria de saber se os vereadores da CDU, representados nesta Câmara, se revêem neste documento. Gostaria efectivamente de ser esclarecido pois, no seu entender, considera que tudo o que consta do documento não é propriamente para a maioria desta Câmara. Trata-se de uma crítica sem fundamento, e considera que é de facto uma herança que a CDU deixou ao actual executivo, por isso, entende que todos têm que lutar por ela de modo que se corrijam todas as deficiências ali apontadas. É para isso que cá estão, para dar cobro a esta situação e a tantas outras.-----

Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra referindo que a CDU-Coligação Democrática Unitária é responsável por esse documento, documento esse que, não é anónimo, está identificado. Agora é a sua vez de perguntar ao vereador Artur se vê neste documento alguma coisa que não corresponde à verdade. Referiu, ser evidente, que se revê neste documento, pois a CDU quando emite estes documentos prepara-os colectivamente e quando os distribuem assumem aquilo que neles consta. No seu entendimento tudo o que consta do documento corresponde única e exclusivamente à verdade. Com isto não quer dizer que a responsabilidade está, ou não, toda no actual executivo, o que é certo é que tudo o que consta do documento corresponde ao actual momento.-----

Referiu o vereador Artur Pombeiro que o que se passa com este documento é, não só, uma herança, bem como soluções que ainda não estão efectivamente resolvidas, nomeadamente: O Palacete dos Melos, o Mercado e outras.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que se a CDU estivesse no poder desta Câmara a maior parte das situações estavam resolvidas. Devolveu ao vereador Artur Pombeiro a intervenção do Dr. Jorge Coelho que a subscreve plenamente e que dizia o seguinte: “muito mau é um governo de um país que passado um ano continua a falar do governo anterior”. Traduzindo: “muito mau é um governo local que passado um ano continua a falar do governo anterior”. É porque não há iniciativa, não há propostas nem soluções. Isto são palavras textuais do Dr. Jorge Coelho relativamente ao governo PSD, e são também as suas palavras textuais relativamente ao governo do Poder Local em Borba. Muito mau é um governo quando não consegue falar pela sua própria voz e continua a defender-se com capas do anterior mandato. Entende que o anterior mandato encerrou, e agora é a este executivo, composto por este conjunto de cinco pessoas, que cabe resolver os problemas da Câmara, ao contrário também do que por vezes

aparece escrito que o executivo é um executivo do PS. Isto não é correcto, ou seja, o executivo é um executivo de maioria PS, composto por três elementos do PS e dois da CDU.-----

Intervio o Senhor Presidente referindo que este assunto poderá eventualmente ser rebatido pelo Partido Socialista, considerando até que na reunião de Câmara não se deveria pronunciar sobre ele, no entanto, vai fazer apenas um breve comentário: Começando pela obra do Mercado Municipal, sabe-se perfeitamente que o vereador Artur já havia informado, em anteriores reuniões de Câmara, que se iria substituir toda a cobertura. Também em relação ao Palacete dos Melos, o que aparece referido no panfleto não corresponde à verdade. Como todos sabem também já se falou em anteriores reuniões, que se está a fazer a reprogramação e a tentar arranjar um projecto correcto para este caso. No que concerne à venda de lotes das Zonas Industriais também já foi dito, mais do que uma vez, que havia uma factura de 9.200 contos que deveria ter sido paga até final do anterior mandato, mas não foi. Ele próprio viu-se na obrigação de assinar uma declaração comprometendo-se a fazer o resto das infraestruturas porque a anterior gestão não as fez. Relativamente aos loteamentos habitacionais, a fotografia que aparece no panfleto ao que lhe parece é do loteamento do Barro Branco. Não entende porquê a critica, pois está tudo feito e a luz já está ligada. Quanto à remodelação da Rua de S. Francisco, não se trata só desta Rua, o projecto é mais amplo com a inclusão dos trabalhos que estão a decorrer junto à Copobor. Em relação à Instalação da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, não comentou. No que respeita à obra da Nora já estão colocados 1.200 metros de tubo. Em relação ao campo arqueológico, também já foi dito que, especialistas já foram ao local e não reconhecem a importância que lhe foi dada. Quanto aos semáforos, quando saiu o panfleto, já estavam ligados. Relativamente a obras particulares sem licença e violação do PDM, tem muitas dúvidas. Quanto à questão da água ser mais cara, em termos globais, não corresponde à verdade, pois se fosse posta em prática a tabela do ano transacto, provavelmente seria mais cara do que a que vai ser cobrada este ano. Relativamente aos terrenos municipais, o seu preço foi de acordo com a avaliação feita. Em relação ao estacionamento, naturalmente vai ter que ser ordenado e, o ordenamento passa por espaços que vão ser pagos e outros que não são pagos. Quanto às tarifas de lixo, tem muitas dúvidas que a CDU, à semelhança daquilo que vê em muitas Câmaras CDU, encontrasse uma tabela tão suave como esta que vai ser aplicada. Ainda no que respeita à tarifa de esgoto, comentou: como se podem fazer investimentos em todas as centrais existentes se não se lançar uma tarifa para conseguir ir buscar algum dinheiro, considerando os problemas que a Câmara tem.-----

Seguidamente usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que o Sr. Presidente acabou de confirmar tudo o que consta do panfleto. Considera que não se trata de mentiras, e, se não fossem verdades, certamente o Sr. Presidente não teria ficado tão incomodado.-----

O Sr. Presidente sublinhou que não está nada incomodado, pois no início até referiu que não se deveria pronunciar obre o assunto, mas tudo o que consta do panfleto é tão anedótico que não pôde deixar de o fazer.-----

Ainda neste ponto, **o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra**, apresentou os seguintes assuntos: -----

. Por não ter tido oportunidade de participar na última sessão da Assembleia Municipal, e porque já viu algumas coisas do que lá se passou, gostaria de saber como é que os eleitos do PS deste concelho se sentem, relativamente á questão da Moção apresentada pela CDU, em reunião de Câmara de 19 de Fevereiro/03, contra uma intervenção militar no Iraque, depois de terem obrigado a tirar todas as referências que se fazia ao Governo do PSD, quando foi marcada uma Cimeira da Guerra, em que Portugal abriu as portas da Base das Lajes e, está hoje mais que nunca ligado a uma guerra, e quando até o próprio Secretário-Geral do PS e outros dirigentes nacionais fazem intervenções muito mais ferozes relativamente ao Governo do PSD. Considera que existe uma descoordenação no Partido Socialista Local e que deveriam procurar conciliar situações. Isto para dizer que, se revê naquele documento da CDU mas, certamente, alguns elementos do PS não se revêm nos posicionamentos do PS na Assembleia Municipal.-----

Interveio o Sr. Presidente salientando que o Partido Socialista é um partido aberto, em que as pessoas são livres de se expressarem. Referiu que aquela Moção foi aprovada em Reunião de Câmara e, hoje, se fosse preciso voltava a aprová-la novamente. Contudo, admite perfeitamente que existam pessoas dentro do Partido Socialista que pensem de maneira diferente. Cada qual pensa por si, e o que interessa é que se esteja de consciência tranquila. É isso que se passa com ele, isto é, não tem qualquer peso na consciência por aquilo que fez, por aquilo que aprovou. Quanto ao que cada um dos elementos da Assembleia Municipal fez, na última sessão da Assembleia Municipal, é problema da própria Assembleia Municipal. Referiu que a Câmara Municipal aprovou aquela Moção e, voltou a repetir que, aprovava outra da mesma maneira ou até mais radical.-----

Neste contexto, o vereador Joaquim Serra apresentou a seguinte sugestão: que fosse considerada, nesta reunião, outra moção de repúdio à participação da Cimeira na Base das Lajes e que a mesma fosse aprovada por unanimidade.-----

O Sr. Presidente concordou e referiu que está disposto a aprovar outra moção repudiando a Cimeira da Base das Lajes, questão que também ele e o vereador Artur Pombeiro já tinham abordado antes desta reunião.-----

Assim, e por haver consenso entre todo o executivo, será redigida uma Moção contra a Guerra no Iraque e repudiando a Cimeira da Base das Lajes utilizando Território Português e enviada às mesmas entidades a que foi enviada a Moção anterior. Ficará a mesma anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

. Outra questão colocada pelo vereador Joaquim Serra: Após ter lido as actas das duas reuniões anteriores, verificou na Acta nº.5/2003 uma informação do Sr. Presidente referindo que está preparado para entregar à Polícia Judiciária a questão dos “Borba News”. Gostaria então de saber qual o ponto da situação, se já foi entregue ou, se o não foi, se o processo está preparado. **Respondeu o Sr. Presidente** que, o processo ainda não foi preparado porque, é sua intenção quando entregar este processo entregar também cópia das cassetes da sessão da Assembleia Municipal, bem como cópia da acta correspondente. Como a acta ainda não foi aprovada está a pensar contactar os serviços, no sentido de saber se deverá entregar a colecção completa, ou, se pode entregar os documentos e a gravação, e posteriormente a acta depois de aprovada pela Assembleia Municipal.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que gostaria de ser informado quando fossem tomadas essas diligências e gostaria de poder consultar o processo.-

. Ainda outra questão colocada pelo vereador Joaquim Serra: através da comunicação social leu um artigo sobre uma visita às instalações da Assembleia Municipal. Considera estranho, que neste artigo apareça a figura do Sr. Presidente da Câmara quando se trata de um assunto da Assembleia Municipal. Gostaria de saber o que se passou em concreto porque, através daquela notícia, nada ficou a perceber.-----

O Sr. Presidente esclareceu que recebeu um ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal comunicando-lhe que tinha havido visita às instalações da Assembleia Municipal, sem que tivesse havido arrombamento da porta, e que tinham desaparecido os documentos que iriam ser enviados aos elementos da Assembleia Municipal. Referiu que, como é evidente, nesta situação fez o que deveria ser feito, isto é, comunicou o acontecido à GNR que, segundo contacto verbal vai enviar o caso para Tribunal. Considera estranho a forma como se pode ter entrado nas instalações da Assembleia, porque só existia uma hipótese, ou seja: existe um chaveiro na sala da Presidência, pode ter havido alguém que tirasse a chave do chaveiro e abrisse a porta. Pois se se verificou uma visita às instalações, sem que tivesse havido arrombamento, só lá poderia ter entrado alguém que tivesse a chave.-----

Informou que a questão se resolveu fotocopiando de novo os documentos que desapareceram, e enviá-los atempadamente aos elementos da Assembleia Municipal. Posteriormente, contactou o Jornal Terras Brancas, e, informou do assalto daí aparecer a sua fotografia, situação com a qual não concorda, pois se se tratou de uma assalto à Assembleia Municipal, nada teve que ver com a Câmara Municipal para aparecer a fotografia do Presidente.-----

Após ter ouvido aos esclarecimentos dados pelo Sr. Presidente o vereador Joaquim Serra expressou a sua opinião referindo que também este caso deveria ter sido entregue à Polícia Judiciária, pois, só assim seria possível detectar algumas impressões digitais, o que teria ajudado a esclarecer a situação. Sugeriu que em situações futuras (caso elas aconteçam) o melhor será mesmo ser feita a participação à Polícia Judiciária, pois será muito mais fácil verificar se existem outras impressões digitais além das impressões das pessoas que é habitual trabalharem na Assembleia Municipal.-----

Também, neste período, *o vereador Vicente Ermitão referiu* que o ano passado, na freguesia de Orada, houve muitas críticas sobre a lavagem dos contentores. Tendo em conta que se está a aproximar o tempo de mais calor, e por já ter reparado que começaram a surgir maus cheiros, perguntou para quando se prevê a lavagem dos contentores. Respondeu o vereador Artur Pombeiro que ainda ontem falou com a técnica da Câmara, responsável por este assunto, que o informou que a viatura lava-contentores já funcionou em Vila Viçosa, e, em breve começará a funcionar em Borba. Acontece que antes de se proceder à lavagem dos contentores, primeiro têm que ser raspados. Como, neste momento, Borba tem dificuldades de pessoal, primeiro, vai ser feita a lavagem no Redondo e só depois será em Borba.-----

O Sr. Presidente informou ainda sobre outra questão que se prende com os actos de vandalismo que vão ocorrendo nesta vila. Referiu então que esta noite apareceram partidas as caixas dos semáforos, que já haviam sido partidas antes dos semáforos terem sido ligados. No local esteve um guarda desde as 6:30 horas, porque corria-se o risco de alguém poder passar por ali e acontecer o pior.-----

A esta informação o vereador Artur Pombeiro acrescentou que, neste momento, os semáforos estão intermitentes, tendo em conta que o electricista foi isolar os fios para evitar a possibilidade de se correr algum risco. Desta situação, já foi dado conhecimento à Direcção de Estradas e vai ser também comunicado à GNR.-----

Ponto 2. ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia foi a seguinte:-----
Ponto 2.1 – Aprovação das Actas nºs 4/2003 e 5/2003-----
Ponto 2.2 – Requerimentos-----
Ponto 2.3 – Homologação do Relatório da Comissão de Avaliação dos
Candidatos a Compra de Lotes Habitacionais para Jovens-----
Ponto 2.4 – Protocolo entre a Câmara Municipal de Borba e o Instituto das
Estradas de Portugal-----
Ponto 2.5 – Apresentação da Candidatura Estrada da Nora/Barro Branco –
Reformulação-----
Ponto 2.6 – Actividades da Câmara-----

Ponto 2.1 – APROVAÇÃO DAS ACTAS Nºs. 4/2003 e 5/2003

Previamente distribuídas, por todo o executivo, foram aprovadas da seguinte forma as Actas Nºs. 4/2003 e 5/2003:-----
Acta nº.4/2003 – Após a introdução de algumas correcções **foi aprovada por maioria**, com três votos a favor e uma abstenção por parte do vereador Joaquim Serra por não ter participado na reunião.-----
Acta nº.5/2003 – Após a introdução de algumas correcções **foi aprovada por maioria**, com dois votos a favor e duas abstenções por parte dos vereadores Joaquim Serra e Vicente Ermitão por não terem participado na reunião.-----

Ponto 2.2 – REQUERIMENTOS

Relativamente aos requerimentos apresentados, por proposta do Vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal tomou as seguintes deliberações:-----

a) Pedidos de viabilidade

Processo: **241/02** -----
Requerente: **Domingos José Rufino Rebola** -----
Morada: Monte Novo do Rossio, nº3 - Borba -----
Local: Monte Novo do rossio - Orada -----
Objecto de Requerimento: Pedido de viabilidade para ampliação de edifício destinado a habitação. -----
Refere-se este pedido de viabilidade á ampliação da habitação existente, cujo prédio urbano sob o artigo 510 é composto por 95 m2 de superfície coberta e 503 m2 de superfície descoberta. De acordo com o Plano Director Municipal em plena eficácia, o prédio em causa localiza-se fora

do perímetro urbano da Orada e está incluído em duas classes de uso do solo: -----

- A moradia existente em Áreas Agro-Florestais - que acordo com o artigo 48º do regulamento, estas áreas são construídas por solos que não possuem um elevado potencial agrícola, florestal ou estando incultos, onde poderão ser instaladas pastagens, sistemas silvopastoris, ou mesmo floresta, de forma a fixar população ligada ao meio rural. Relativamente aos índices e condicionantes previstos no regulamento, o índice máximo de construção é 0.05, e aplicado à área descoberta não permite a ampliação da moradia.-----

- A restante área descoberta em Leitões dos Cursos de Água e Zonas Ameaçadas pelas Cheias - de acordo com o artigo 54º do regulamento, obedecem às seguintes condicionantes: -----

1. Estas áreas estão delimitadas no âmbito da REN; -----

2. Não é permitida qualquer edificação ou construção, ou outras acções que prejudiquem o escoamento das águas. -----

Atendendo que não estão cumpridas as disposições do Plano director Municipal, julga-se que o pedido de viabilidade não pode merecer deferimento. -----

O requerente já foi notificado ao abrigo do artigo 100º do CPA, para se pronunciar sobre o assunto no prazo de 20 dias. -----

Assim, com base no parecer técnico e uma vez que o requerente não se pronunciou no prazo estipulado pelo artigo 100º do CPA, **foi deliberado por maioria**, (com dois votos a favor e duas abstenções) **indeferir o pedido de viabilidade**. -----

Os vereadores eleitos pela CDU, embora concordem inteiramente com o parecer técnico, abstiveram-se e apresentaram a seguinte declaração de voto: “A prática neste concelho não está a ser seguida de acordo com os pareceres técnicos, ou seja, estão perante um caso em que o munícipe seguiu os caminhos legais, e a pretensão aparece indeferida. Contudo, existem outros casos que mesmo não seguindo os caminhos legais, realizaram-se, executaram-se e, resolveu-se o problema. Recomendaram à Câmara Municipal que, para poder ter esta atitude perante os munícipes, tem que efectivamente melhorar a sua fiscalização e tratar todos por igual. A Câmara nada fez para conter os embargos que existiam, nem para conter os embargos em áreas da REN. Alguns deles têm vindo a avançar e estão quase concluídos, enquanto outros, mesmo querendo seguir os caminhos legais, não podem, porque estão delimitados no âmbito da REN. Quando a Câmara começar a ter um comportamento e uma postura no terreno igual àquela que têm os pareceres técnicos, os vereadores da CDU estão na disposição de votarem favoravelmente os pareceres técnicos e de acordo com o que lhes é proposto. Enquanto a posição no terreno for diferente da dos pareceres técnicos a CDU abstém-se porque não pretendem ficar

vinculados a este tipo de decisões”.-----
Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro, referindo não saber quais os casos concretos a que o vereador Joaquim Serra se refere, pois existem situações de embargo que foram detectadas, em que o fiscal esteve no terreno e, neste momento, estão embargadas. Contudo, não sabe se existe alguma situação que ele desconheça.-----

Processo: **67/03** -----

Requerente: **Carmen Dolores Sebo Clérigo** -----

Morada: Av^a Bombeiros Voluntários, nº5 -Borba -----

Local: Barro Branco - Borba -----

Objecto de Requerimento: Pedido de informação prévia sobre possibilidade de construção de habitação. -----

A pretensão que o requerente expõe refere-se à possibilidade de construção num prédio misto, localizado em parte no Perímetro Urbano do Barro Branco, e o restante em área prioritária de exploração. -----

A parcela de terreno, objecto da pretensão apresenta-se com um total de 6 697.30 m2, com a habitação do proprietário de 197.30 m2 de área coberta. Ao total do prédio misto, foram retirados 1148.00 m2, para implantação de um loteamento. -----

À luz do PDM, esta propriedade apresenta-se com três classificações distintas: -----

Áreas urbanas (artº 8º a 13º do Regulamento do PDM) e **áreas urbanizáveis** (artº 14º a 21º do Regulamento do PDM), inseridas no perímetro urbano do Barro Branco e ainda **áreas prioritárias de exploração** (artº 36º do Regulamento do PDM). Sendo que a requerente solicita informação de uma fracção da propriedade que se encontra, na sua totalidade, inserida pelo perímetro urbano (de acordo com a localização efectuada na Carta cadastral à esc. 1:5000), a fracção de terreno onde a moradia do proprietário está erigida (classificada pelo PDM como área prioritária de exploração) não é objecto de análise neste parecer. -----

Assim, verifica-se que a área à qual se remete o pedido se implanta, em áreas urbanas, nas quais é permitida a implantação da função pretendida (habitação), com as seguintes condicionantes: -----

- artº 11º (nº 2) – “a existência de infraestruturas, nomeadamente de vias públicas que permitam a circulação de veículos automóveis, condicionará sempre o licenciamento de qualquer obra...”; -----

- artº 11º (nº 3) – “os projectos dos edifícios deverão recorrer a soluções arquitectónicas e estéticas harmoniosas, incluindo os materiais, texturas e cores a aplicar no exterior dos mesmos, adequadas a uma correcta integração no meio ambiente em que se vão inserir e compatibilizando os valores de ordem cultural e tradicional próprios da região”; -----

- artº 12º (nº 1, alínea b) – refere que o índice urbanístico para o Barro Branco aplicável é de 0.3 a 0.5, ou seja, para que seja possível a construção de 180.00 m2, como refere a memória descritiva, deverá a parcela de terreno onde a habitação se irá implantar, apresentar, no mínimo, 360.00 m2. Assim, da estimativa feita com base na planta cadastral, a parcela em análise apresenta cerca de 1400.00 m2, viabilizando a totalidade de cerca de 700.00 m2 de área de construção. -----

Também se sublinha que a área da propriedade sobre a qual a pretensão se localiza deverá ser objecto de um pedido de destaque, por forma a possibilitar a transmissão para a promitente compradora. Para que o pedido de destaque possa ser analisado e aprovado, deverá ser antecedido de aprovação de projecto de edificação. -----

No que concerne a restantes especificidades regulamentares a que uma futura construção possa estar sujeita, dever-se-á ter em conta: -----

- os alinhamentos na implantação da construção devem ter em conta as habitações vizinhas e as características rurais da área onde se insere, bem como o estabelecido no RGEU; -----

- deverá ser o requerente a responsabilizar-se pela implantação de rede pública de esgotos domésticos, pois ainda não existe tal infraestrutura no local. -----

Atendendo ao exposto, foi deliberado, por unanimidade, deferir o pedido de viabilidade, desde que sejam cumpridas as condicionantes expressas neste parecer. -----

Processo: 75/03 -----

Requerente: **Cadila Mardely Aguilar Alva** -----

Morada: Rua das Casas Novas, 28 - Borba -----

Objecto de Requerimento: Pedido de informação prévia - viabilidade de construção destinada a habitação.-----

Refere-se este pedido de viabilidade à possibilidade de construir em três prédios rústicos, sob os artigos 481, 483 e 484, importa referir que o artigo 481 está separado fisicamente dos outros artigos. À luz do Plano Director Municipal em plena eficácia, as parcelas localizam-se em duas classes de uso do solo distintas, Floresta de Protecção e Áreas Agro Florestais, áreas estas que de acordo com o regulamento do citado plano obedecem às seguintes condicionantes: -----

- Áreas de Floresta de Protecção (artigo 48º) - abrange os prédios rústicos sob os artigos 483 e 484º - integram áreas identificadas no âmbito da Reserva Ecológica Nacional como áreas com riscos de erosão e/ou cabeceiras das linhas de água. De acordo com a carta de condicionantes, as parcelas do requerente incluem-se na Reserva Ecológica Nacional, o que de acordo com o nº1 do Artigo 4º do Decreto-Lei nº93/90 de 19 de Março,

"são proibidas as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal".-----

- **Áreas Agro-Florestais** (artigo 47º) - Abrange o prédio sob o artigo 481º - são constituídas por solos que não possuem um elevado potencial agrícola, florestal ou estando incultos, onde poderão ser instaladas pastagens, sistemas silvopastoris, ou mesmo floresta, de forma a fixar população ligada ao meio rural. Relativamente aos índices e condicionantes previstos no regulamento, o índice máximo de construção para habitação é de 0.05, aplicado à área da parcela (20.750.00 m²), permite construir a área máxima de pavimentos permitida - 750 m².-----
Conclui-se que apenas é permitido construir na parcela sob o artigo 481º, integrada Áreas Agro-Florestais, pelo que, foi deliberado, por unanimidade, deferir o pedido desde que sejam cumpridas as condicionantes atrás expostas.-----

Ponto 2.3 – HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS A COMPRA DE LOTES HABITACIONAIS PARA JOVENS-

Presente o Relatório de análise das candidaturas ao Concurso Limitado para venda de lotes habitacionais destinados a habitação própria e permanente de jovens.-----

As candidaturas foram entregues até dia 12 de Março/03, tendo a reunião da Comissão de Avaliação decorrido no dia 17 do mesmo mês.-----

Foram então apresentadas as seguintes candidaturas:-----

1) – Nuno Miguel Patacho da Conceição e Mara Carina Marino Lopes, que se candidatam aos lotes 22, 23 e 24 do Loteamento Habitacional do Forno, na Orada;-----

2) – Manuel João Geadas Clérigo e Elisabete do Carmo Branco Pécurto, que se candidatam aos lotes 2.2 e 2.3 do Loteamento Habitacional da Nave, na Nora;-----

3) – Dinis Miguel Rodrigues Gama e Ana Mafalda Bruno Prates, que se candidatam aos lotes 2.2 e 2.3 do Loteamento Habitacional da Nave, na Nora e aos lotes 22, 23 e 24 do Loteamento Habitacional do Forno, na Orada.-----

A candidatura do número 3 foi aceite condicionalmente, pendente da entrega da declaração de que não possui habitação própria permanente, por parte de Ana Mafalda Bruno Prates.-----

Os critérios para avaliação das candidaturas são os seguintes:-----

- a) Solteiros – (1 ponto) ou casais (2 pontos);-----
- b) Filhos e dependentes vivos constantes na declaração de IRS (1 ponto por cada um);-----
- c) Filhos nascidos após a declaração de IRS (1 ponto por cada um);-----
- d) Familiares e outros em comunhão de habitação (1 ponto por cada um).--

Face ao critérios atrás expostos, as candidaturas apresentadas ficaram assim classificadas:-----

Loteamento Habitacional do Forno – Orada - Lotes 22, 23 e 24

Candidatos	Solteiros Casais	Filhos e dependentes na declaração de IRS	Filhos nascidos após a declaração de IRS	Familiares e outros em comunhão de habitação	TOTAL
Nuno Conceição e Mara Lopes	2 pontos	0 pontos	0 pontos	0 pontos	2 pontos
Dinis Gama e Ana Prates	2 pontos	2 pontos	0 pontos	0 pontos	4 pontos

1º Classificado – Dinis Gama e Ana Prates – 4 pontos.-----

2º Classificado – Nuno Conceição e Mara Lopes – 2 pontos.-----

Loteamento Habitacional da Nave – Nora - Lotes 2.2 e 2.3

Candidatos	Solteiros Casais	Filhos e dependentes na declaração de IRS	Filhos nascidos após a declaração de IRS	Familiares e outros em comunhão de habitação	TOTAL
Manuel Clérigo e Elisabete Pécurto	2 pontos	0 pontos	0 pontos	0 pontos	2 pontos
Dinis Gama e Ana Prates	2 pontos	2 pontos	0 pontos	0 pontos	4 pontos

1º Classificado – Dinis Gama e Ana Prates – 4 pontos.-----

2º Classificado – Manuel Clérigo e Elisabete Pécurto – 2 pontos.-----

Propõe-se a homologação do Relatório da Comissão de Avaliação das Candidaturas, conforme acima se refere.-----

Depois de analisada a proposta, o vereador Joaquim Serra perguntou se só foram apresentadas estas candidaturas, ao que o Sr. Presidente respondeu que sim. Referiu o vereador que, se assim foi, estão muito abaixo das expectativas que eram geradas. Na sua opinião, e tendo em conta que existem efectivamente dificuldades de habitação em Borba, considera que valia a pena tentar saber porquê só se candidataram estes três casais.

Considera que este assunto merece alguma reflexão porque, no seu entendimento, esta situação prende-se com a inflação do preço dos terrenos, e também as dificuldades bancárias estão a condicionar a fixação destes jovens e a aquisição de casa própria. Referiu ainda que, anteriormente, já tinha chamado a atenção que na construção de habitação própria, não estava só em causa o preço do terreno, mas também o preço do terreno e da construção, tendo em conta que a maioria dos casais jovens que adquirirem o terreno precisam de o hipotecar logo a seguir para construírem a casa. A maior parte deles nem sequer têm dinheiro para comprar o terreno, precisando de alguém que lhes financie o próprio terreno para depois o poderem hipotecar. Trata-se de uma situação que é necessário aprofundar muito bem, pois os preços actuais dos lotes são muito pouco aliciantes.-----

Interveio o vereador Artur Pombeiro referindo que, sem querer contrapor a questão que o vereador Joaquim Serra colocou, só após as próximas hastas públicas para venda de lotes é que se poderá ter alguma confirmação. Na sua opinião, considera não ser propriamente o preço dos lotes que está aqui em causa, mas, sim a situação de insegurança de emprego que se vive neste momento.-----

Assim, foi deliberado, por unanimidade homologar o Relatório da Comissão de Avaliação dos Candidatos a Compra de Lotes Habitacionais para Jovens.-----

2.4 – PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA E O INSTITUTO DAS ESTRADAS DE PORTUGAL-----

Previamente distribuído por todos os presentes, esteve presente o Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Borba e o Instituto de Estradas de Portugal, que tem por objectivo proceder à Iluminação da Variante de Borba na EN 4 entre o Km 156.100 e o Km 158.700, com intenção de assegurar melhores condições de segurança rodoviária.

Propõe-se a aprovação da respectiva assinatura.-----

Antes de se passar à votação, o Sr. Presidente esclareceu que este protocolo vem no âmbito da iluminação desde o Nó da Auto Estrada (à Nora) até próximo da Aldeia Lacerda. Informou que a intenção do Instituto de Estradas era de que a iluminação chegasse só até ao fim do separador, mas ele tem estado a tentar que a mesma chegasse até ao CEVALOR porque resolvia o problema de iluminação da Aldeia Lacerda. A informação que tem do IEP é de que está tudo já na fase da consignação. A divergência que existia tem que ver com a questão dos consumos de energia e, esta situação é em relação a Borba e a Estremoz. Ao que parece

a EDP pretende que a energia venha a ser paga não ao preço do da iluminação pública mas a outro preço. Contudo, considera que, não se deverá travar a obra por esta situação.-----

Interveio o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, informando que este protocolo já vem do mandato anterior, só que o representante do IEP na sua assinatura era o Engº. Bilro e agora mudou. Sobre o assunto, na sua opinião, considera que quanto ao pagamento da energia, por parte da Câmara, não advêm daí grandes problemas de gastos porque a melhoria, em termos de segurança, é considerável e justifica o investimento. Por outro lado considera que, deveria ser acautelado tanto o início como o fim dos trabalhos, e, deveria ser proposto neste protocolo que o projecto fosse também apresentado á Câmara. Assim salvaguardaria a Câmara de Borba com a EDP na entrega destas infraestruturas para depois serem geridas pela EDP, porque a Câmara não tem interesse em ficar com a manutenção e gestão deste tipo de iluminação.-----

Depois de analisado e discutido, foi o referido protocolo colocado à votação, **tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação** com a seguinte ressalva: que seja apresentada cópia do projecto à Câmara Municipal de Borba e também com algum cálculo estimado do valor de consumos de energia que vai ter.-----

Depois de assinado ficará cópia do mesmo anexo a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

2.5 – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA “ESTRADA DA NORA/BARRO BRANCO – Reformulação-----

Em reunião de Câmara de 18 de Outubro de 2002, foi deliberado apresentar, à CCRA, para efeitos de aprovação a candidatura “Estrada da Nora/Barro Branco “.-----

O Sr. Presidente informou que a candidatura acima referida não poderá ser aprovada sem ter projecto de sinalização. Tratando-se de um projecto já bastante antigo, não contempla este projecto de sinalização, daí a necessidade da sua inclusão. Assim, e considerando a inclusão do referido projecto de sinalização, a candidatura “Estrada Nora/Barro Branco teve que ser reformulada e o seu valor passou de 301.465 Euros para 321.733 Euros. Propõe-se a aprovação da referida reformulação.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que a CDU não tem nada a opor quanto à aprovação da reformulação da candidatura, apesar de não considerarem que seja uma obra prioritária para o concelho, tendo em conta o estado em que se encontram, neste momento, a Estrada 1041 e a 508.-----

Analisada a proposta foi a mesma colocada à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, a aprovação da reformulação da

candidatura, cujo valor passou para 321.733 Euros.-----

2.6 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

O Senhor Presidente iniciou este ponto começando por informar das reuniões em que participou, entre a última reunião de Câmara e esta.--

- Reunião com a Regimento de Cavalaria de Estremoz para preparação das Comemorações da Batalha de Montes Claros, que deverão decorrer entre 15 e 17 de Junho. Dia 15 vai haver um Concerto da Banda Militar Sul e a colocação de uma Coroa de Flores junto á lápide da Orada. Dia 16 decorrerá uma Conferência, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Borba, sobre a Batalha de Montes Claros, seguindo-se um jantar. Dia 17 – será o dia das comemorações da Batalha, estando prevista a colocação de uma Coroa de Flores no Padrão Montes Claros. Quanto aos discursos, está previsto que se realizem em Borba, na Zona da Praça, com desfile do Exército, dos Bombeiros Voluntários e da Guarda Nacional Republicana. São estas as previsões, podendo ainda surgir algumas alterações.-----
- Reunião com o grupo ProBorba que apresentou uma sugestão para colocação de uma Estátua do D. Dinis de Melo e Castro, por ter sido um dos homens que mais se distinguiu em Borba e nas Guerras da Restauração. Foi-lhes dito que a Câmara não tinha disponibilidades financeiras, e estão na disposição de desenvolver uma campanha no sentido de arranjarem dinheiro para a Estátua.-----
- Participação numa Conferência em Lisboa sobre “Tributação do Património Imobiliário”. Prendeu-se com a questão das transferências que vão passar para as Câmaras, tais como cobranças de impostos, sisas, contribuição autárquica e a actualização do cadastro.-----
- Participação no Conselho de Administração da AMDE e na Assembleia Intermunicipal onde foi focada, mais uma vez, a questão do endividamento. Informou que a Central de transferência de Resíduos Sólidos de Borba entrará em funcionamento, a título experimental, durante esta semana.-----
- Reunião com o dono de um terreno sito na Zona Industrial do Alto dos Bacelos (da empresa Marcomarmi), que já havia enviado uma carta apresentando uma proposta no sentido de trocar o terreno por um pavilhão construído. Como não teve resposta á referida carta, resolveu vir pessoalmente falar com a Câmara. Informou, o Sr. Presidente, que lhe explicou que a proposta que havia apresentado não é viável, contudo continua interessado num lote de terreno. A Câmara vai tentar apresentar-lhe uma proposta no sentido de

poderem negociar.-----

- Participação num Seminário em Lisboa sobre a elaboração de candidaturas à formação de pessoal, no âmbito do Programa Foral, promovido pelo INA.-----

O Sr. Presidente informou ainda que, no âmbito dos Pelouros do vereador Humberto Ratado, continuam os trabalhos preparativos para a Feira do Queijo. Continua a preparação da visita “6ª Feira de Los Mayores de Extremadura”. Continua-se também a trabalhar, a nível de contactos com a DREA, a questão da Rede de Escolas.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo sobre as seguintes actividades relativas ao seu pelouro:-----

- Continuam os trabalhos de calcetamento na Zona da Cerca e o arranjo paisagístico da Zona Norte.-----
- Continuam os arranjos paisagísticos na envolvente da Rua de S. Sebastião.-----
- Reparação dos pontões da Estrada 1041.-----
- Construção de passadeiras, em cubos, junto aos semáforos, para evitar a pintura dos paralelos.-----

O vereador eleito, pela CDU, Joaquim Serra, colocou as seguintes questões:-----

1. Tendo estado ausente, por motivos profissionais, quando voltou e depois de ter visto o Jardim Municipal ficou constrangido. Sabe perfeitamente que esta questão já foi rebatida, mas não pode deixar de transmitir a sua opinião, pois trata-se de uma imagem que choca qualquer pessoa e, que o deixou chocado também a ele pois nunca tinha visto aquela imagem desértica. Gostaria de saber quanto custou aquele trabalho, quem foi a empresa que o efectuou e que garantias foram dadas para a sobrevivência daqueles plátanos.-----

Relativamente a esta questão o vereador Artur Pombeiro referiu que, admite a opinião do vereador Joaquim Serra, pois, sobre este assunto, uns entendem que foi um bom serviço e outros contestam que foi um mau trabalho. Contudo, a intervenção foi feita a pensar na segurança das pessoas, pois o estado em que os plátanos se encontravam poderia acontecer o pior. Não sabe se o vereador Joaquim Serra teve conhecimento das pernasas que caíram este ano. Se não teve, existem três troncos no corredor que mostram bem o estado em que os plátanos se encontravam.--- Informou que a empresa que efectuou o trabalho é a mesma que cortou ao plátanos em Vila Viçosa, e, pode dizer-se que, hoje estão umas árvores completamente diferentes e bem enramadas.-----

Referiu o vereador Joaquim Serra que mesmo que os plátanos estivessem em mau estado, ou mesmo que houvesse pernadas podres, certamente nem todos estariam em condições de merecer aquele trabalho. Na sua opinião, e, como os plátanos eram em grande número, poderia ter sido um trabalho faseado para não dar aquela imagem desértica, e até para não deixar de haver sombras durante o Verão. Poderia ter havido outro tipo de planeamento naquela intervenção, e até uma melhor explicação aos munícipes e um bom fundamento técnico, ou seja, poderia ter havido uma série de medidas que não foram devidamente acauteladas e que depois levantam este tipo de problemas.-----

Acrescentou o vereador Artur Pombeiro que, na altura, chegou-se a pensar em fazer esta intervenção em duas ou três fazes, mas os secos eram tantos que iam caindo todos os dias, e havendo também a preocupação da pavimentação e da desmontagem por diversas vezes, acabou-se por intervir de uma só vez.-----

O Sr. Presidente sublinhou que já teve oportunidade de referir, tanto na penúltima reunião de Câmara como na última sessão da Assembleia Municipal, que também ele ficou assustado quando deparou com a imagem do Jardim Municipal. Compreende que pudesse ter havido outras soluções, mas casos idênticos já aconteceram em Loures, Almada, Elvas, e em alguns deles já se verificou que valeu a pena a intervenção que foi feita.----

2. Ainda relativamente ao Jardim Municipal, o vereador Joaquim Serra, gostaria de saber o que se passou para que o Parque Infantil tivesse sido retirado. O que se passou com a vedação e com os pilares que estão partidos.-----

O vereador Artur Pombeiro informou que, o Parque Infantil, foi retirado de acordo com a opinião da empresa. No decorrer desta reunião recebeu um telefonema da empresa informando que em breve o vêm instalar. Informou que relativamente aos pilares, apesar das protecções que foram colocadas, um deles ficou realmente danificado e o outro foi retirado para facilitar a entrada do dumper aquando da limpeza no local. Já se contactou a empresa para proceder à montagem da vedação e para substituir o pilar que foi danificado. Relativamente ao custo do trabalho informou que, neste momento, não tem em memória, mas, pode informar na próxima reunião de Câmara.-----

3. Estrada da Nora – Relativamente aos acordos amigáveis que foram feitos com os proprietários dos terrenos, gostaria de saber que terreno foi efectivamente retirado a cada um dos proprietários e como foi pago, ou seja, quais foram as contrapartidas que houve nesse entendimento.-----
4. Gostaria também que lhe fosse facultado com data de final do mês

de Fevereiro, listagem dos pagamentos processados e não pagos de dívidas a fornecedores. A listagem foi-lhe entregue durante o decorrer da reunião.-----

5. Quanto ao Dumper novo que a Câmara adquiriu, gostaria de saber se foi comprado a leasing, se a pronto e quais as condições.-----

O Sr. Presidente informou que foi comprado a pronto, com um acordo de três a quatro pagamentos.-----

6. Outra questão colocada pelo vereador Joaquim Serra: Referiu-se a um trabalho que foi feito por uma empresa privada que está relacionado com as passeiras e com os lugares de estacionamento. Perguntou quanto custou este trabalho e como vai ser responsabilizada a empresa pela falta de qualidade do trabalho que foi prestado. Salientou que no anterior mandato estes trabalhos eram feitos com pinturas a frio, e ao que lhe parece as pinturas a frio duravam mais tempo que estas pinturas a quente e custavam muito menos dinheiro.-----

O vereador Artur Pombeiro informou que, na altura, esta questão foi tratada pelo Sr. Presidente. Acrescentou porém que a empresa já foi chamada ao local, porque efectivamente não gostaram do serviço que foi prestado. Protestaram a má qualidade do trabalho e a empresa ficou de proceder a uma rectificação logo que o tempo melhor. No seu entender, e atendendo ao estado dos pavimentos, a pintura deveria efectivamente ter sido feita a frio, porque os pavimentos estavam bastante deteriorados e tinham infiltrações. Também na altura, em que o trabalho foi efectuado, o tempo estava muito mau e a empresa deveria tê-lo interrompido. Não o fizeram serão responsabilizados por isso.-----

O Sr. Presidente esclareceu que o assunto já está resolvido. Admite que foi mesmo uma irresponsabilidade de quem executou o trabalho, porque quando este foi entregue se a empresa não tinha condições para o fazer, fosse por infiltrações no pavimento, fosse por fissuras, seria sua obrigação tê-lo dito e não continuar a intervenção.-----

7. Referindo-se à Feira do Queijo, o vereador Joaquim Serra referiu que leu no Diário do Sul a seguinte notícia: “A Feira do Queijo de Borba já tem data marcada, de 18 a 20 de Abril, pela Páscoa a Câmara Municipal de Borba organiza a 5ª Edição da Feira Mostra do Queijo... venha a Borba pela Páscoa à Feira Mostra do Queijo...” Salientou que, com esta notícia não se consegue saber onde a Feira se realiza e, sabendo que a Feira se vai realizar em Rio de Moinhos, não compreende porque aparece uma notícia sem que seja dada essa informação. Considera que, com esta notícia, só poderá acontecer o mesmo que o ano passado, chegam as pessoas a ver onde é a Feira

do Queijo e acabam por não a encontrar. Verificou que houve alteração do nome do evento para “Feira Mostra do Queijo”. Na sua opinião, há iniciativas que com a tradição o nome vai ficando no ouvido, se for alterado poderá levar à descaracterização do evento. Verificou também que o programa já está disponível no site da Internet e que o destaque é para os espectáculos, não valorizando o papel dos produtores que vão estar representados. Entende que se deve puxar por esta Feira, mas, para isso, é necessário destacar o produto “queijo” e os produtores, e, nada disso foi evidenciado.-----

Entretanto o Sr. Presidente permitiu que o responsável pelo Gabinete de Informação esclarecesse o assunto. Tendo sido afirmado que aquela informação saiu do pelouro da cultura directamente.-----

Ainda neste ponto, foi colocada a seguinte questão pelo vereador Vicente Ermitão:-----

- Caminhos Rurais na Orada – Gostaria que o senhor vereador das obras, quando encaminha a intervenção dos caminhos rurais da Orada, se lembrasse de todos os caminhos. Reparou-se o caminho rural de acesso à Estiveira (com a qual ficou satisfeito) mas existem outros caminhos, tais como: o caminho rural para o Azinhal (caminho para uma vinha do Sr. Mira que tem muita produção e que é muito utilizado) o caminho rural para a Penuzinha. Disse que ele próprio solicitou umas carradas de tout-venant, e embora lhe fosse cedida, mas todo o resto custa muito dinheiro, porque teve que se deslocar com as suas próprias máquinas para o transportar e teve também que o espalhar à mão. Faz esta chamada de atenção porque, quando se vêem intervenções noutros caminhos rurais, considera que esta medida deveria ser igual para todos e gostaria que fosse dado seguimento aos outros caminhos rurais.-----

O vereador Artur Pombeiro referiu que tal como o vereador Vicente Ermitão sente esse problema na sua actividade profissional, muitas pessoas o sentem. Agradece a sugestão que foi dada pelo vereador Vicente Ermitão, pois, certamente, conhece melhor os caminhos e melhor poderá indicá-los e até definir prioridades, por isso, conta com a sua colaboração.-

Antes de dar a reunião por encerrada, o Senhor Presidente procedeu à leitura da minuta da acta, que foi aprovada por unanimidade e ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, composta por vinte páginas que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----